



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 12 de novembro de 2020 –**

Local: Reunião online pelo webconf.londrina.pr.gov.br

Data: 12.11.2020

Horário: 8h30m

1 Aos doze dias de novembro de dois mil e vinte, realizou-se reunião Ordinária do Conselho Municipal
2 dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) remotamente devido a pandemia do COVID19 por
3 meio webconf.londrina.pr.gov.br. **Justificativa de ausência: Genoveva do Lar Anália Franco e Paulo**
4 **Aguiar. Proposta de pauta: 1) Aprovação da Pauta; 2) Recomposição das comissões; 3) Apresentação**
5 **do Projeto Corre em Família; 4) Recomendação 06/2020; 5) Relato das Comissões; 6) Informes.** A
6 presidente Magali dá as boas-vindas aos conselheiros de direitos e convidados presentes. **1)**
7 **Aprovação da pauta:** Magali solicita para Daniele ler a pauta para a aprovação dos conselheiros de
8 direitos. Daniele informa que não tem atas para aprovação e sugere que se inverta a apresentação do
9 projeto como primeiro ponto de pauta, pois o pessoal do projeto já está presente. A presidente Magali
10 fala que entraram os novos conselheiros e dá as boas-vindas e diz que que precisam ser colocadas nos
11 grupos de trabalho. É realizada a votação da aprovação da pauta e todos concordam com a troca de
12 item e dessa forma a pauta é aprovada. **3) Apresentação do Projeto Corre em Família:** Dra. Claudia
13 Catafesta agradece a concessão de ponto de pauta e diz que é uma alegria imensa poder somar ao
14 CMDCA. Se apresenta como juíza titular da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei e como uma
15 entusiasta dos métodos da justiça restaurativa, como uma ferramenta de pacificação social e de
16 integração das pessoas nas suas comunidades. Explica que uma das estratégias desse projeto é a
17 utilização das práticas restaurativas para o fortalecimento e apoio às famílias que estão em
18 desproteção social e que tem seus filhos envolvidos ou próximos a se envolver em práticas ilícitas que
19 acabam chegando na Vara do Adolescente em Conflito com a Lei. Dra. Claudia contextualiza o
20 surgimento do projeto dizendo que muitas famílias procuram o conselho tutelar em busca de
21 orientação e apoio familiar; fala que recebeu relatos da Polícia Militar de que há um número grande
22 de adolescentes envolvidos com atos ilícitos, e que, a partir disso, perceberam duas potencialidades
23 do projeto: uma era buscar o fortalecimento das famílias por meio dos círculos restaurativos e a outra
24 possibilidade seria a de que a Polícia Militar seja compreendida como mais um ator na rede de
25 proteção e na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Informa que a iniciativa começou pela
26 zona norte e envolve a 4ª Companhia de Polícia, e explica que quando a polícia identifica uma situação
27 envolvendo desproteção, eles fazem a comunicação para o Conselho Tutelar. Informa que o Conselho
28 Tutelar faz a seleção das famílias e que elas passam por círculos restaurativos para depois fazer a
29 integração ao projeto. O projeto Corre em família é para dar um novo significado a uma palavra tão
30 comum no tráfico de droga. Ressalta que é uma iniciativa coletiva e solicitada pelo Conselho Tutelar.
31 Explica que o Conselho Tutelar não será o executor do Projeto, pois este será conduzido por voluntários
32 que têm formação em justiça restaurativa, tais como os professores mediadores. Fala que o projeto
33 está rascunhado e que já apresentou para a mesa diretora do CMDCA e Secretaria de Assistência Social.
34 Diz que não é um projeto que irá usar recurso do fundo municipal, pois tem vários parceiros. Informa
35 que o primeiro grupo de famílias já passou pelas práticas restaurativas e fala que outra estratégia foi
36 escolher um local por mês para fazer um engajamento com as famílias e os adolescentes. Dra. Claudia
37 coloca que o Conselho Tutelar já tem alguns resultados positivos para apresentar. Magali diz que o
38 CMDCA irá apoiar o projeto e elogia a polícia por estar junto no projeto. Dra. Claudia fala dos parceiros
39 fundamentais do projeto, tais como a ONG Londrina Pazeando e o COMPAZ. Reforça que o objetivo do
40 projeto é a pacificação social e sabe que quando as famílias estão cuidadas elas cuidam dos seus
41 também. A conselheira tutelar Elen Luz diz que todos estão felizes com os desdobramentos que o
42 projeto está tendo e que no final do primeiro dia trouxeram um feedback muito positivo; acrescenta
43 que as famílias relatam sobre assuntos que as incomodam porque sentem que é um espaço seguro: os
44 responsáveis trouxeram sobre a importância desse espaço de fala, que vai trabalhar com a



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 12 de novembro de 2020 –**

45 comunidade essa questão de pertencimento. Diz que foi um dia muito especial e querem que comece
46 com as outras unidades o quanto antes. Agradece a Dra. Claudia e diz que trabalhar em rede traz um
47 outro olhar para essas famílias. Dra. Claudia diz que o grupo está muito bem organizado e que as
48 próprias conselheiras que custearam as camisetas. O lançamento oficial do projeto será dia 17/11
49 dentro da 3ª Semana da comemoração nacional das práticas restaurativas. Dra. Claudia informa que
50 no site do Londrina Pazeando tem as outras iniciativas que vão acontecer e reforça que no dia 17/11
51 em frente à sede do conselho tutelar norte haverá o lançamento oficial do projeto seguindo todas a
52 medidas de segurança frente à pandemia de COVID-19. A conselheira tutelar Patricia diz que o projeto
53 está iniciando no Conselho Tutelar Norte, mas que esperam que inicie nas outras unidades e coloca
54 que a região leste está sofrendo. A conselheira tutelar Carla coloca que sentiam o pedido de socorro
55 das famílias querendo contar suas histórias e suas angústias e diz que as famílias estão muito felizes e
56 querem novos encontros. Acrescenta que as mediadoras saíram muito felizes com o projeto e lembra
57 que dia 18 é dia do conselheiro e que vão fazer uma ação para divulgar o trabalho do CT. Paulo do CRP
58 parabeniza a iniciativa e diz que é bem pensada e interessante, destaca a sua representatividade no
59 CMDCA e fala que o CRP na sede de Londrina está à disposição para essa construção porque além do
60 círculo restaurativo diz que há outras ferramentas com as quais podem contribuir. Ressalta que há
61 psicólogos que estão ligados às comissões de direitos humanos e que podem ajudar e se coloca à
62 disposição. Ainda, Paulo diz que tem um novo curso na PUC de psicodrama e fala que as pessoas
63 podem contribuir no projeto e se coloca à disposição para mediar. Luis Mangili, assessor da secretaria
64 da Assistência Social, parabenizou o projeto e disse que todas as iniciativas de garantia de proteção
65 integral de crianças e adolescentes devem ser exaltadas e ratificada pelo CMDCA. Fala que identificou
66 que o projeto tem duas formas de acesso, uma pela vara em conflito da lei e outra pela identificação
67 do próprio conselho tutelar e disse que gostaria de entender como isso será feito na prática, uma vez
68 que o adolescente foi identificado pelo conselho tutelar, mas que as medidas socioeducativas são
69 executadas pelo CREAS 2. Dra. Claudia explica que foi uma construção coletiva que teve muita
70 participação e que perceberam que se ficassem todos focados somente nos adolescentes em conflito
71 com a lei ou que tem envolvimento estigmatizaria ainda mais as famílias. Dra. Claudia reforça que o
72 encaminhamento para o projeto é feito pelo Conselho Tutelar e diz que a sua atuação nesse projeto
73 está mais como cidadã do que como poder judiciário. Explica que o Conselho Tutelar fica responsável
74 por organizar o grupo e acionar os voluntários para poder participar. Destaca a necessidade de
75 expandir o projeto para as outras regiões, e diz que é preciso trabalhar com as desproteções e que
76 ainda tem muita violência contra o adolescente praticada pela própria polícia, que é quem deveria
77 proteger. Luís falou que teve uma reunião com os conselhos e pede para a Elen Luz explicar como será
78 a relação com a PM e diz que é uma relação difícil e sempre tiveram dificuldades e pergunta como será
79 essa articulação entre Polícia Militar e Conselho Tutelar. Elen Luz diz que quando o CT ou a rede de
80 serviços identificar a desproteção irão começar a acompanhar a família. Elen Luz fala sobre um caso
81 que chegou para atendimento através do próprio relato do policial sobre a família e o local em que o
82 adolescente mora. Dra. Claudia informa que a polícia sempre foi vista como vilã e que o relato
83 apresentado pela Elen Luz traz uma nova perspectiva. Fala que esteve em reunião com representantes
84 da polícia Militar, para pensarem juntos numa alternativa/fluxo em que a polícia poderia acionar os
85 equipamentos para a proteção. A presidente Magali fala da importância que é a polícia estar junto com
86 o projeto e diz que espera que o Major possa orientar os policiais, conscientizando-os que sua atuação
87 é também na proteção ao adolescente; Andressa diz que o Major está em deslocamento para um outro
88 compromisso, mas que pediu para que ela agradecesse a oportunidade de estar presente no CMDCA,
89 o que ele diz que sempre foi um desejo da 4ª Companhia. Diz que faz um tempo que o comando tem
90 entrado na BRATAC e no São Jorge e que a polícia esteve sempre sozinha nos bairros. Reconhece que
91 as denúncias de violência policial aumentaram e que este é um momento delicado e ousado de
92 articulação e diz quanto mais junto com o CMDCA o batalhão estiver, mais afetividade vão acrescentar



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 12 de novembro de 2020 –**

93 ao trabalho. A presidente Magali agradece o major Tordoro e deseja que o projeto possa conseguir o
94 objetivo e que atenda o máximo de adolescentes e famílias possíveis. **2) Recomposição das comissões:**
95 Daniele fala sobre a recomposição dos conselheiros GOV. Diz que teve alterações de conselheiros,
96 conforme informado na última reunião e que, agora, após a publicação do decreto oficial, estes
97 conselheiros passarão a fazer partes de algumas comissões. A sugestão é que Vanessa Leite, que está
98 como substituta da Ruth, permaneça na Comissão de Adolescentes Ameaçados de Morte e na
99 Comissão de Monitoramento do Conselho Tutelar. A conselheira de direitos Zoraide, que é
100 representante da Cultura ficará na Comissão de Instrução do Conselho Tutelar. Daniele questiona se
101 algum conselheiro gostaria de fazer apontamento ou sugestão, e, com a anuência dos conselheiros,
102 solicita que seja registrada em ata essas substituições. Sobre os conselheiros da sociedade civil
103 empossados após eleição complementar, Daniele informa que estão na suplência da seguinte forma:
104 Patricia Carvalho de Lima da OAB fica como suplente do Jose Wilson por conta do eixo; Lindizangela,
105 que é do Talita Cume, fica como suplente da Leonice; Glaziane do CIEE fica como suplente da Juliana
106 Rodrigues. Daniele informa que o Decreto saiu na data de ontem e que as comissões de trabalho
107 começam a se articular a partir de hoje. **4) Recomendação 06/2020:** A presidente Magali fala que essa
108 é uma recomendação do Ministério Público sobre a revogação do item 8 do tópico: “da entrada de
109 criança e adolescente da casa de passagem” da Resolução nº 13/2016 que fala da aprovação do fluxo
110 da casa de passagem. Diz que a Casa de Passagem existia à época, mas não atualmente. Magali explica
111 que Ministério Público pede para revogar o item 8 da resolução onde diz que: “Não será aceito ingresso
112 de adolescente sob ameaça de morte”, sob o argumento de que isso seria uma discriminação, e
113 impediria o acesso do adolescente à medida de proteção. Magali diz que o Ministério Público alega
114 que não compete ao CMDCA estabelecer estes tipos de normas, mas que o entendimento é o de que,
115 segundo a Lei Municipal 9678/2004 compete ao CMDCA oferecer subsídios para a elaboração de leis
116 atinentes aos interesses da criança e do adolescente. Magali fala que iremos discutir a revogação
117 dessa resolução e diz que entende que, se não há mais a Casa de Passagem, acredita que a resolução
118 foi extinta e orienta que temos que revogar a resolução na íntegra, e não somente o item 8, sendo
119 assim, pergunta se todos os conselheiros entenderam a questão. Jose Wilson fala que participa da
120 Comissão de Adolescentes Ameaçados de Morte e que acredito que se trata de um direito deste
121 adolescente de ser acolhido, e que tudo que precisa ser discutido em conjunto, com todos os membros
122 do CMDCA. Fala que o conselho foi criado para estar junto com as organizações e que este é um
123 conselho abrangente porque perpassa diversas políticas de atendimento à criança e ao adolescente.
124 Pontua que, dentro do CMDCA existe uma estrutura, com mesa diretora, comissões e grupos de
125 trabalho e destaca a necessidade deste documento ter sido remetido à Comissão de Legislação da qual
126 faz parte. Fala que este é um assunto muito importante, que é a letalidade infantil e que quando o
127 adolescente está envolvido em delitos tem um plano B, mas que no caso em que está apenas
128 ameaçado, não tem muitas alternativas. Informa que hoje não existe mais a Casa de Passagem, mas
129 que outras instituições estão fazendo esse trabalho e que acha que, por este motivo, apenas o item 8
130 deve ser revogado da Resolução nº 13/2016. Neste aspecto, diz que são suas proposições diferentes
131 para os conselheiros de direitos decidirem. E que acredita que o Ministério Público vai respeitar a
132 decisão da plenária. Sara coloca que está é uma questão. Magali fala que tem diferença entre casa de
133 passagem e acolhimento e informa que a casa de passagem não tem mais registro no CMDCA e sugere
134 revogar a resolução toda. Sobre o envio dos documentos, Daniele fala que tiveram dificuldades com
135 algumas recomposições de comissões e com atestados pelos membros da mesa diretora também; e
136 que por isto, não foi uma questão de inércia e sim de algumas recomposições e atestados pela
137 pandemia. Jose Wilson fala que se a Resolução 013/2016 for revogada, precisará ser revogada a
138 Resolução 76/2010 também, pois esta trata do acolhimento de adolescente na Casa de Passagem. Sara
139 se apresenta e diz que gerente de alta complexidade e que agora está gerenciando os serviços de
140 média complexidade da Secretaria de Assistência Social. Explica que a questão dos adolescentes



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 12 de novembro de 2020 –**

141 ameaçados de morte é um tema muito complexo, pois envolve vários atores e políticas na proteção
142 do direito à vida. Diz que já houveram casos de traficantes invadirem acolhimentos atrás dos
143 adolescentes e concorda com a presidente, destacando que atualmente não existe mais a Casa de
144 Passagem, pois a Secretaria de Assistência Social tem feito várias adequações e reordenamentos dos
145 serviços de acolhimento, mas nem todas as entidades quiseram se adequar, sendo que uma delas
146 encerrou seus atendimentos. Nessa época, o MMA entrou, mas como um serviço de acolhimento
147 como os demais. Disse que esta escolha pelo fato de que o orçamento que se tinha para manter uma
148 casa de passagem era muito alto e não atingia o objetivo. Fala ainda sobre a questão do pernoite, para
149 a qual não existe uma legislação ou regulamentação específica. Informa que a Secretaria de Assistência
150 lançou um edital para o atendimento destas necessidades. Sara diz que é urgente estudar e fazer uma
151 proposta de um lugar adequado para atender essa demanda que é muito grave. Magali diz que não se
152 está discutindo onde colocar o ameaçado de morte e sim a revogação da resolução e volta a falar que
153 como não tem Casa de Passagem, acredita que essa resolução seria extinta. Jose Wilson diz que a casa
154 de passagem não existe e que a entidade que administrava esse serviço deixou de prestar o serviço,
155 mas explica que existe uma regulamentação da Casa de Passagem e que simplesmente não se pode
156 passar uma borracha. Magali diz que o Ministério Público já perguntou, mas que nenhuma entidade,
157 no momento, está inscrita nesta modalidade de registro. Daniele coloca que são duas questões a da
158 resolução e do adolescente ameaçado de morte e que estes temas estão constantemente em pauta
159 no CMDCA. Disse que em 2016 foi constituído um grupo de trabalho para a discussão da temática, do
160 qual surgiu a Comissão de Adolescentes Ameaçados de Morte. Disse ser importante fazer este resgate
161 histórico e um estudo ampliado, pois a questão tem vários nuances. Lidia do Nuselon diz que discorda
162 da Magali e que acredita que ambos os assuntos estão completamente ligados. Relata que já passou
163 por situações desafiadoras com adolescente ameaçados de morte, e que não tem segurança dentro
164 da entidade para esse adolescente. Diz que Londrina não recebe ameaçados de outros municípios, mas
165 afirma que recebeu. Fala que a Resolução 13/2016 está completamente relacionada à questão do
166 adolescente ameaçado de morte e que precisa de uma articulação entre comissão, a plenária e com o
167 Município como um todo. Lidia se coloca à disposição para entrar em comissão e estar junto para
168 conversar sobre o adolescente ameaçado de morte em relação ao acolhimento. Diz que é importante
169 ter todas as políticas envolvidas, e não é somente a Assistência Social. Magali coloca que teve essa
170 discussão na sua antiga gestão e diz que é o Comitê de Proteção que tem que trazer para a plenária o
171 que está acontecendo em relação a esta questão. Magali ressalta ainda que o estudo precisa ser mais
172 aprofundado e pergunta se a plenária decide pela retirada do item 8 ou pela revogação da Resolução
173 na íntegra. Sara pensa que toda a contextualização foi válida e que se deve solicitar mais prazo para
174 resposta ao Ministério Público, para se aprofundar estas questões nas comissões e na plenária. Magali
175 diz que já foi solicitado prazo uma vez e que o prazo solicitado não foi concedido. Sara fala que a
176 plenária tem soberania para pedir mais prazo. Daniele acrescenta que solicitou um período de 60 dias
177 para resposta e que disseram que era um prazo muito extenso e que não poderiam deixar essa questão
178 para o ano seguinte. Assim, disse que enviou novo ofício ao Ministério Público, que concedeu prazo
179 apenas até o final de novembro de 2020. José Wilson fala que faz muito tempo que o documento
180 estava na mesa diretora e que foi enviado aos conselheiros apenas 48 horas antes da votação, que
181 acredita que nem todos tiveram tempo de ler o documento, e que é prematura essa decisão. Magali
182 fala que devem respeitar o prazo e que todos os documentos foram remetidos aos conselheiros, após
183 os estudos da mesa diretora. Disse ainda que as comissões também devem repassar as informações à
184 mesa diretora. Lidia fala que a casa de passagem não existe, mas que os acolhidos estão sendo
185 atendidos. Disse que se retirarem o tópico 8 irão abrir precedentes para que os serviços também
186 atendam ameaçados de morte. Luis fala que o assunto é muito relevante e diz que o ideal seria pedir
187 prorrogação por mais 180 dias. Fabio Arijí fala que não é a favor de revogar a resolução nº13/2016,
188 visto que ela trata do fluxo atendimento a crianças e adolescentes com os direitos violados. Magali



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 12 de novembro de 2020 –**

189 fala sobre pedir prorrogação de prazo para o MP para poder fazer um estudo melhor; fala de pedir o
190 prazo de 60 dias e Luis sugere utilizar o prazo da deliberação o CEDCA como parâmetro, que é de 180
191 dias. Daniele diz que então são três propostas para a a votação dos conselheiros. As propostas são:
192 1) Revogar a Resolução 13/2016 na íntegra; 2) Revogar o item 8 da Resolução 13/2016; e 3) Solicitar
193 prazo de 150 dias para estudo da resolução 13/2016. A Secretária de Assistência Social Jaqueline
194 pede direito de fala e diz que deve haver respeito pela presidente Magali e pede para que o
195 conselho seja mais forte e se manifeste. Jaqueline dá apoio à Presidente Magali e pede para
196 a sociedade civil se manifestar referente a aceitar ou não aceitar ameaçado de morte em
197 acolhimento. Começa a votação das três propostas e a proposta 3 é escolhida. Cristian
198 Marcucci se abstém, de forma que são 17 votos para a proposta 3 e um voto para a proposta
199 1. Eder Alves registra a presença da Assessoria da 1ª Vara da Infância de Londrina
200 representando a Dra. Camila Tereza Gutzlaff e, aproveita a ocasião para cumprimentar os
201 Conselheiros. Fábio Arijji sugere fazer uma outra votação caso esse prazo não seja concedido;
202 Zoraide Gasparini fala que se houver uma segunda opção seria a opção 1. Magali diz que assim
203 que obtiver a resposta do Ministério Público vai levar novamente a questão para a Plenária.
204 **5) Relato Comissões: a) Comissão de Cadastro:** Juliana informa que a resolução de
205 prorrogação do prazo de registro das entidades venceu dia 09/11 e que conseguiram avaliar
206 todos os processos que chegaram até dia 30/10. Informa que tem apenas 3 instituições que
207 podem ser deferidos que a plenária pode aprovar hoje e que não vai apresentar as demais
208 porque ainda existem pendências. Disse que o Núcleo Espírita Irmã Scheilla pede autenticação
209 do curso e está com o registro atualizado. A CEI Pastor Manoel de Souza, está com toda a
210 documentação e plano de trabalho em ordem. CEI Jorge Dib está há um tempo aguardando e
211 também está completa a documentação. Daniele pergunta se a plenária tem alguma
212 colocação. Segue-se a votação e os cadastros são aprovados pela plenária. Juliana fala que
213 tem algumas instituições que estão avaliando e que na próxima reunião já podem apresentar
214 o parecer da comissão; **b) Comissão de Divulgação:** Lilian informa que os participantes da
215 comissão são Cristian, Viviane e Paulo; informa que o grupo está empenhado em fazer
216 contratação de serviços especializados para campanhas e apoio na organização e realização
217 de eventos. Explica que solicitaram orçamento para quatro empresas e aguardam retorno.
218 Disse que esse processo é moroso em diversas secretarias, mas estão nesse ponto, e que
219 também agendaram uma reunião com a Priscila para poder analisar de qual forma será feita
220 a contratação; Magali pergunta da Campanha Futuro Criança e Lilian fala que, tendo em vista
221 as eleições, não poderiam fazer algo muito consistente, mas após as eleições podem contratar
222 uma empresa para ajudar a divulgar. Viviane fala da reunião com a Comissão de Fundo e
223 informa que o Fabio Arijji irá ajudar na campanha e fazer um trabalho para divulgação no site
224 para fortalecer a campanha. Lilian diz que seria muito interessante somar forças de ambas as
225 comissões. Magali diz que precisa estar informada sobre como será feita a campanha para
226 que possa responder para a imprensa. **c) Comissão de Fundo:** no dia 03/11 se reuniram com
227 a comissão de divulgação e estão estudando uma forma de melhorar o site para deixar mais
228 visível, sobretudo no aspecto da proteção à criança e ao adolescente. Fabio diz ser importante
229 divulgar o site nas redes sociais, como WhatsApp, para que as informações cheguem até a
230 população. José Wilson fala que tem o banco de projetos e pergunta se está funcionando.
231 Fabio responde que propôs para a mesa diretora encaminhar um ofício para a secretaria de
232 assistência para saber como está o andamento desta questão. Daniele informa que a



**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 12 de novembro de 2020 –**

233 Secretaria de Assistência pediu uma reunião sobre o assunto com a mesa diretora e comissão
234 de fundo. Viviane fala que na próxima reunião já consegue trazer as informações da Secretaria
235 de Assistência. Leonice fala sobre o a questão do diagnóstico da realidade das crianças e
236 adolescentes do Município e diz que estão conversando com a DTI. Lembra que a Adriana
237 Barroso trouxe, na reunião anterior, dados sobre depressão e suicídio de crianças e
238 adolescentes durante a pandemia e que precisam considerar essa realidade e consultar o
239 Plano de Aplicação do FMDCA para identificar dentro dos eixos projetos que contemplem. 6)
240 Informes: Magali informa que recebeu resposta da Recomendação do Ministério Público do
241 Trabalho que indica que o Município inclua em seu quadro os jovens aprendizes. Diz que esse
242 projeto existia anteriormente na gestão do Kireff, mas que não foi renovado; fala que, em
243 contato via e-mail, o Município informou que não recebeu essa recomendação. José Wilson
244 disse que está na Agência do Trabalhador um cartão de ajuda ao empresário para que
245 mantenha o jovem aprendiz. A empresa que precisar da ajuda já tem essa opção disponível.
246 O prazo é até dezembro e a ajuda é de 3 meses. José Wilson informa sobre um chamamento
247 público para reformas e pequenas instalações, e que há informações disponíveis no site da
248 SEJUF. Magali pergunta sobre a publicação do Edital e José Wilson diz que vai encaminhar ao
249 grupo. Fala que vai sair um Edital com contemplando sete segmentos da criança e adolescente
250 que é no valor de 60 milhões. Ainda não saiu o Edital, mas avisa quando estiver disponível.
251 Daniele informa que essa semana encaminhou um ofício para o Núcleo Regional de Educação
252 para entender melhor questões relativas às escolas cívico militares e ao retorno às aulas
253 presenciais. Jose Wilson informa que o SINEP conseguiu a liminar para retornar às aulas
254 presenciais somente em Londrina. Jose Wilson fala sobre a igualdade de acesso à educação
255 de todos. Lilian diz que é importante o CMDCA fazer uma indagação do porque a escola
256 particular pode voltar e a pública ainda não. Magali agradece a presença de todos. **Sem mais**
257 **nada constar, eu Glaucia Lequize Matos, lavrei a Ata.**